

Conversações em Lusua para a semana

MARITIMA de um encontro de grande alcance no continente...

Novo Instituto de Crédito

VAI SER CRIADO um Instituto de crédito do Estado...

Mercado paralelo poderá servir de "test" para abertura da Bolsa

SÃO CRIAR um novo tipo de mercado de que se espera...

TAP volta a sobrevoar territórios africanos

TERMINOU de 24 a passagem de sobrevoo sobre território...

... e tem novo Conselho de Administração

OS MEMBROS do Conselho de Administração da Companhia...

"Jornal do Comércio" espera-se para esta manhã a resolução do conflito

O "JORNAL DO COMÉRCIO" espera hoje no dia de hoje...

F.D.U. coliga partidos da direita

OS MEMBROS do Conselho de Administração da Companhia...

Prazo indeterminado para embarque de professores de Angola e Moçambique

OS MEMBROS do Conselho de Administração da Companhia...

Descongelamento de salários altos implica poupança forçada

Os salários de quem ganha mais de 100 mil escudos...

RTP pede autorização ao Governo

O RTP pede ao Governo a autorização para a realização...

Paralelo e aumento de trabalho a nível nacional

Paralelo e aumento de trabalho a nível nacional...

GUINÉ-BISSAU a longa marcha de um revolucionário africano (Aníbal Cabral) A POSIÇÃO DE COSTA GOMES

Resposta do Ministro da Justiça ao general Galvão de Melo

Em resposta ao general Galvão de Melo...

Caixa Geral de Depósitos: prioridade à construção social

A Caixa Geral de Depósitos...

A saída do PS (e do PPD) da CDE-Lisboa e o texto que lhe está na origem

A saída do PS (e do PPD) da CDE-Lisboa...

Após a saída do PS (e do PPD) da CDE-Lisboa...

Em resposta ao general Galvão de Melo...

A Caixa Geral de Depósitos...

A saída do PS (e do PPD) da CDE-Lisboa...

A saída do PS (e do PPD) da CDE-Lisboa...

Após a saída do PS (e do PPD) da CDE-Lisboa...

Após a saída do PS (e do PPD) da CDE-Lisboa...

Em resposta ao general Galvão de Melo...

A Caixa Geral de Depósitos...

A saída do PS (e do PPD) da CDE-Lisboa...

A saída do PS (e do PPD) da CDE-Lisboa...

Após a saída do PS (e do PPD) da CDE-Lisboa...

Após a saída do PS (e do PPD) da CDE-Lisboa...

OMEGA COSMIC 2000 Um novo conceito em relógios impermeáveis

## 24 horas em notícia

### Conversações em Lusaca para a semana

REINICIA-SE nos meados da próxima semana as conversações com a Frente, em Lusaca. Da delegação portuguesa faz parte, entre outros o ministro sem pasta, major Melo Antunes, que tem desempenhado acção de relevo no capítulo da descolonização.

Entretanto, Mário Soares declarou, ontem, que o reconhecimento "de jure" da independência de Moçambique acontecerá, provavelmente, no próximo ano.

### Novo Instituto de Crédito

VAI SER CRIADO no âmbito do ministério das Finanças um Instituto creditício autónomo cuja função será a captação de poupanças e seu investimento no sector da habitação. A sua criação integra-se na anunciada política governamental de apoio à indústria da construção civil e de estímulo à aquisição de casa própria. Segundo prioridades sociais, facultará empréstimos a particulares, apoiará financeiramente os programas de construção do governo, concederá empréstimos à construção civil, especialmente aos promotores que se comprometam a cumprir esquemas de rendas limitadas, mediante comparticipação oficial, a título de empréstimo, nos casos de empreitadas.

### Mercado paralelo poderá servir de "test" para abertura da Bolsa

SÃO CADA vez mais fortes os rumores de que alguns meios empresariais estão a fazer pressão junto do Governo para se proceder à rápida abertura da Bolsa.

Além, o grupo recentemente constituído, M.D.E.S., põe como condição de eficácia do plano de investimentos apresentado a rápida abertura do mercado de títulos.

Dentro dos vários esquemas apresentados para reabrir teria preferência o de começar por descongelar os títulos, permitindo, assim, fazer uma sondagem da reacção do público através do mercado paralelo.

### TAP volta a sobrevoar territórios africanos

TERMINOU dia 29 a interdição de sobrevoar certos territórios africanos a que a TAP estava sujeita em virtude do conflito colonial.

Assim, esta companhia realizou dia 29 o seu primeiro voo sobre a Argélia, Nigéria e Níger. Esta nova rota encurta o tempo de voo em cerca de uma hora e 35 minutos e as despesas de combustível e manutenção em cerca de 240 milhões de contos anuais.

### ... e tem novo Conselho de Administração

FOI APROVADA em Assembleia Geral dos acionistas da TAP a proposta subscrita pelo Estado para a eleição de quatro elementos do novo Conselho de Administração. São eles o eng. Amílcar José Correia Marques, presidente; eng. Hernâni Moraes Castro; eng. Manuel José Castro Norton e sr. João Maria Augusto Forcada.

Competirá, ainda, nos termos estatutais ao Governo nomear um administrador como seu representante, que será o quinto membro do Conselho de Administração.

### "Jornal do Comércio" espera-se para esta manhã a resolução do conflito

O "JORNAL DO COMÉRCIO" entrou hoje no décimo dia de greve, mantendo-se seladas as instalações do jornal, vigiadas por uma força militar e com piquete de trabalhadores da empresa à porta.

Cerca das 13 horas de ontem, no Ministério do Trabalho, o titular da pasta recebeu uma delegação de jornalistas da imprensa diária e do jornal em greve, que o informaram da situação e dos problemas e consequências. O capitão Costa Martins convocou os mesmos delegados para uma reunião hoje, às 10 horas da manhã, durante a qual tentou comunicar-lhes o resultado das conversações que ontem incluiu com o administrador Miguel Quins, do Grupo Borges a que pertence o jornal.

É provável que esta manhã a situação de greve seja resolvida a contento dos trabalhadores, que apresentam como reivindicação mais importante o afastamento do director, Carlos Machado, e a equiparação do "Jornal do Comércio" à ordem de grande litagem.

Os trabalhadores de todos os sectores do jornal estão dispostos a retomar imediatamente o trabalho logo que o actual director seja destituído, ponto de todas as divergências com a administração. Por outro lado, informaram-nos de que até ontem à tarde nenhum dos administradores com poderes deliberativos tinha aceitado dialogar com eles.

## *F.D.U. coliga partidos da direita*

NUM COMUNICADO enviado à Imprensa, o Partido do Progresso (ex-Movimento Federalista), o Partido Trabalhista Democrático Português e o Partido Liberal decidiram formar a Frente Democrática Unida — F.D.U. — e lançar entre si as bases de uma coligação eleitoral.

No mesmo comunicado tocam-se várias considerações relativamente à actuação do Governo Provisório, nomeadamente no que se refere ao processo de descolonização que é classificado de procedimento abusivo.

## *Prazo indeterminado para embarque de professores de Angola e Moçambique*

OS EMBARQUES dos professores de Angola e Moçambique que se encontravam na Metrópole em situação legal foram protelados por prazo indeterminado, até depois do regresso de uma delegação de cinco professores de todos os graus de ensino que irá desloca-se a Luanda.

A decisão tomada por despacho do Secretário de Estado da Administração do Ministério da Coordenação Interterritorial, acrescenta que, no entanto, quem quiser embarcar nas datas já marcadas pode, como é natural, fazê-lo livremente.

## A saída do PS (e do PPD) da CDE-Lisboa e o texto que lhe está na origem

A CRISE provocada na CDE de Lisboa pelo facto de o Partido Socialista — e, depois, do Partido Popular Democrático — lhe ter retirado o seu apoio enquanto esta "não declarar, e agora explicitamente, que não disputará as eleições para a Assembleia Nacional Constituinte" causou, durante a semana que hoje finda, profunda repercussão na vida política portuguesa (ver comentário pág. 21).

O texto orientador (relativo às perspectivas de actuação do Movimento Democrático Português) que esteve na origem da cuba, discutida nas reuniões de 22 e 26 de Agosto da Comissão Executiva da CDE de Lisboa é um documento bastante esclarecedor sobre a posição do Movimento na actual conjuntura portuguesa.

Apartar da sua extremó, o EXPRESSO entende que o deve publicar na íntegra, não só pela sua importância, mas também porque a forma como está redigido dificulta qualquer resumo los subtrinais são da responsabilidade da Redacção;

### Papel presente e futuro

O debate iniciado na Comissão Central e estendido ao conjunto do Movimento sobre a sua situação actual e perspectivas futuras deve ser considerado como uma justa e natural necessidade de apreciar o papel presente e futuro do MDP numa situação política em constante evolução e de grande complexidade.

Importa no entanto evitar o excessivo e improductivo arrastamento da discussão, o qual poderá vir a prejudicar a capacidade de intervenção do Movimento a curto prazo, o que, a acontecer, agravaria ao mesmo tempo os problemas já existentes.

Importa fundamentalmente, sem fechar a discussão, fazer progredir para que se não crie uma situação de impasse e desmobilização. Importa ainda ganhar de imediato os activistas do Movimento para uma perspectiva de serenidade e confiança no largo trabalho que se coloca à frente do Movimento.

### Persistente campanha

Entre os factores que contribuíram, em plano diverso mas em estreita conjugação, para pôr na ordem do dia, a discussão sobre o futuro do Movimento, tem sido frequentemente referidos: a) a persistente campanha contra o MDP movida publicamente por organizações políticas que vão desde a extrema-direita ao PS e

PPD, certamente com objectivos diversos mas com comum insistência em determinados tipos de reserva e crítica; b) o facto de o Movimento como fruto do clima de hostilidade criado à sua volta, ter em curto espaço de tempo deixado de participar no 2.º Governo Provisório e ter passado a surgir em algumas iniciativas inter-partidos numa posição de segundo plano, como resultado de exigências feitas pelo PS e pelo PPD; c) o facto de dirigentes e activistas do MDP poderem estar a ser afectados pela incerteza que sentem quanto à permanência e perdurabilidade do Movimento.

### Adaptação a uma nova situação

O problema principal do Movimento parece consistir, no essencial, num problema de adaptação a uma nova situação política concreta. Até ao 25 de Abril, o Movimento Democrático, dado o seu carácter unitário e a sua presença organizada, era a organização política democrática. O aparecimento, estruturação e desenvolvimento dos partidos políticos de esquerda, no quadro das liberdades conquistadas, não poderia deixar de acarretar uma diminuição do relevo político do Movimento. Esta situação natural conjugada com as intrigas dirigidas contra o MDP (que é difícil assegurar, mas poderão ter encontrado alguma receptividade em alguns órgãos do Poder) terá provocado mesmo a sua subtração dos grandes centros de decisão política.

Nestas condições objectivas, que não parecem susceptíveis de ser modificadas por vontade do Movimento, os esforços de adaptação que o Movimento desenvolver não devem ter como objectivo a ac-

Continua pág. 16

117

Continuação pág. 1

lucção em igualdade com os partidos a todos os níveis, mas sim o pleno cumprimento do seu amplo campo de trabalho, que nuns casos terá características idênticas às dos partidos e em muitos outros será diferente e mais vasto.

### Características originais

O movimento democrático era já sob o fascismo um movimento de características originais que deceririam da própria especificidade da situação política portuguesa, nomeadamente a profunda dominação fascista. Apesar da conquista das principais liberdades democráticas, nenhuma dúvida se oferece sobre as vantagens e a necessidade da continuação do Movimento Democrático, a qual constituirá nova originalidade que certas forças políticas pareceriam não compreender, mas ainda mais uma vez de acordo com a especificidade da actual situação que se vive no País (papel do MFA, situação transitória, largas massas com dificuldades de opção partidária, etc.).

### Portugueses sem Partido

Numa primeira aproximação ao problema parece-nos que o MDP tem à sua frente um largo campo de trabalho, nomeadamente na organização democrática da população desde que preserve o seu carácter unitário e acesse a sua orientação em direcção à grande massa dos portugueses sem partido mas que desejam colaborar na construção da democracia. O Movimento dispõe de implantação e está em óptimas condições para fomentar a participação política das populações, para trabalhar seriamente no sentido da sua organização.

A perspectiva do MDP como um Movimento político de massas, empenhado no cumprimento do programa do MFA de acordo com os interesses populares, empenhado na construção da democracia estável, com referências concretas à grande mobilização popular que urge criar à volta da importantíssima meta que são as eleições livres dentro do prazo previsto, parece ser a perspectiva que, nas condições actuais, melhor

parece servir para ajudar a vencer o momento difícil que o MDP atravessa, para desarmar parcialmente a hostilidade contra o movimento, para sensibilizar as próprias FA para a importância do Movimento, para restabelecer a confiança dos activistas.

Não parece necessário neste momento, nem se julga que isso pudesse resolver todos os problemas existentes, proceder ao desenvolvimento dos objectivos gerais do MDP, julgando-se no entanto necessário impor pequenas adaptações e precisões nomeadamente quanto à guerra colonial, quanto à menção expressa das eleições livres e da construção da democracia estável.

### Ir ou não às eleições

Se o MDP assumir conscientemente este plano de intervenção, se souber trabalhar no sentido do alargamento da sua influência, não estará a transformar-se num movimento cívico, mas afirmar-se-á pelo contrário como um movimento político (embora com alguma especificidade com que haverá que contar no jogo das forças políticas em presença quando da realização das eleições para a Assembleia Constituinte e para as autarquias locais. Não é legítimo garantir desde já, dado o desconhecimento dos mecanismos eleitorais e a própria situação política da altura, que o Movimento vai ou não vai às eleições. Mas não haverá inconveniente em admitir que irá, desde que isso esteja de acordo com os interesses globais das forças de esquerda, sendo de todo correto para que esteja em condições de organização e influência que lhe permitam tal atitude.

### Contactos bilaterais

O MDP, sendo um movimento unitário onde participam democratas com e sem filiação partidária, tem fisionomia própria e iniciativa política autónoma. Nas condições de legalidade nada obsta e tudo pelo contrário aconselha que haja frequentes relações de cooperação e esclarecimento mútuo entre o MDP e os partidos democráticos.

Afigura-se que seria de grande utilidade estabelecer contactos bilaterais nomeadamente com o PS, MES e PCP para informação e esclarecimento dos objectivos e

plano de intervenção que o MDP se propõe na linha dos pontos anteriores.

Estes contactos teriam como objectivo procurar atenuar incompreensões existentes e afastar atitudes hostis, deviam ser feitos entre a Comissão Central, em delegações representativas e as direcções dos Partidos, e não deviam significar que o Movimento se dispõe a discutir com os Partidos o seu futuro (esta não é a realidade) mas sim a intenção de os ganhar para a compreensão da importância do MDP para as forças de esquerda e para barrar o caminho às formações de direita, ficando claro que de qualquer modo o MDP prosseguirá com o seu trabalho e que os partidos tem de se ajustar a esta realidade. Estes encontros devem no entanto caracterizar-se pela abertura e flexibilidade na discussão dos problemas.

Concluídas estes contactos e comunicadas as posições dos partidos quanto ao tipo de actividade que o MDP tentaria assegurar, o Movimento deveria então, e nomeadamente caso a instabilidade anterior se mantiver intacta, abrir novamente a discussão com vista a apreciar que há lugar a rectificações de objectivos, de organização, a nova ponderação dos questionamentos de unidade.

### Medidas concretas

Entretanto, algumas medidas concretas poderiam ser tomadas com vista a melhorar a situação actual. Entre elas mencionamos as seguintes:

— Formalização da orgânica do movimento, dando-lhe uma maior institucionalização (cartões, quotas, etc.) como factor de maior ligação entre actividades e aderentes.

— Uma maior afirmação política do Movimento quer ao nível do cumprimento das medidas propostas pela C. Central (cartões, documentos, etc.) quer através da organização de grandes iniciativas. Muito importante:

— A programação de contactos com personalidades e figuras independentes no sentido de aderirem ao Movimento, valorizando-o e melhorando a sua imagem pública através de aspectos unitários.

## PPD: "A CDE não tem legitimidade para se apresentar a eleições"

SOBRE a controvertida citação no CDE de Lisboa, o PPD enviou-nos, em resposta a um comunicado da CDE, o seguinte texto:

"Penas as afirmações que a Comissão Executiva da CDE resolveu produzir, em resposta ao Comunicado ontem emitido pelo P.P.D., cumpre-nos esclarecer o seguinte:

Não é, jamais, o fim, intenção do Partido Popular Democrático estimular qualquer campanha contra forças que empenhadas na luta anti-fascista em que todos devemos estar empenhados, respeitadas na sua acção os limites que tal objectivo lhes impõe.

É verdade que o P.P.D. tomou posição, como aliás esclareceu, perante factos que vieram ao seu conhecimento, em documento da

responsabilidade da CDE.

Se se atentar o facto do P.P.D. nunca ter estado representado na CDE, tanto basta para justificar que o que por nós foi referido, só por ironias — a imprensa ditaria — poderia ser conhecido.

Dificilmente poderá ser admitido, que as razões que levaram à constituição da CDE, nada tem que ver com a realidade política portuguesa actual. Negligia, é desconhecer o significado do 25 de Abril.

Não desconhece a CDE, nem a sua Comissão Executiva, que em todos os partidos democráticos actualmente existentes há militantes que ao tempo do fascismo participaram das actividades da luta anti-fascista.

Hoje, porém, num regime

democrático e pluralista, é nos Partidos que cabe prosseguir na luta de defesa da democracia instaurada e das liberdades conquistadas, que tão dignamente se desenvolveram no CDE, e não só, ao tempo da ditadura fascista.

Assim, e pelo espesso, sendo lícito entender que a acção da CDE se esgotou, lícito é também considerar que lhe não pode ser reconhecida qualquer legitimidade para se apresentar a eleições.

E em tal entendimento o P.P.D. não está só.

Finalmente, refere a CDE na resposta que nos dirige, que o objectivo do comunicado do P.P.D. se encontra já esclarecido noutro comunicado emitido por aquela Comissão. Não se

conclua, porém de tal esclarecimento, qual o papel que pretende desempenhar nas eleições para a Assembleia Nacional Constituinte.

Porque não queremos assumir, falta de inequívoco esclarecimento como sintoma claro da razão do nosso comunicado, aguardamos que a CDE se pronuncie nas reservas, sobre o problema.

Pode a CDE dispensar o reconhecimento da legitimidade por parte do P.P.D. O P.P.D. como partido reconhecido democraticamente é que não se dispôs de tornar pública a sua atitude, e reivindica que o processo eleitoral seja democrático, isto é, procurando que o povo que escolherá, saiba o que vota e a quem vota."

## P.S.: "M.D.P./C.D.E. disfarça outras posições partidárias"

A COMISSÃO política do P.S. distribuiu o seguinte texto:

"O Comunicado da Comissão Política do Partido Socialista publicado nos jornais de 29 de terminou pronta reacção da Comissão Política do Partido Comunista Português, da Comissão Central do Movimento Democrático Português, e da Comissão Executiva da CDE de Lisboa — a primeira em declaração separada, as duas últimas em texto conjunto.

Em primeiro lugar, cumpre averiguar dos factos. Chegou ao conhecimento da Comissão Política do P.S. que "por parte da Comissão Executiva da CDE de Lisboa, reunida em 22 e 26 de Agosto, se verificou uma iniciativa no sentido de propor que o M.D.P. se prepare para, em princípio, participar nas eleições para a Assembleia Nacional Constituinte" e disso se deu conhecimento e publicou nos jornais alguns reproduzidos. Pretende o M.D.P. que a informação do P.S. carece de rigor e procura documentar o seu desmentido mediante a publicação do texto, até então desconhecido do País, em que a CDE de Lisboa profere a sua posição sobre o problema: "Não é legítimo garantir desde já, dado o desconhecimento dos mecanismos eleitorais e da própria situação política da alusão, que o movimento vá ou não às eleições. Mas não haverá inconveniente em admitir que, se, desde que isso esteja de acordo com os interesses globais das forças da esquerda, sendo de todo fazer para que esteja em condições de organização e influência que lhe permitam tal atitude". O País apontará do rigor ou falta de rigor da informação prestada pelo P.S. sobre os projectos eleitorais da CDE de Lisboa e, consequentemente, sobre o fundamento ou carácter de fundamento do desmentido do M.D.P.

Um único ponto se admite merecer comentários. Leitura apressada pode deixar a impressão de que a CDE condicionará a sua intervenção eleitoral ao acordo das organizações políticas de esquerda. Na verdade, a forma finalmente tomada pública revela que a CDE condiciona a participação eleitoral não ao acordo dos partidos da esquerda mas aos "interesses globais das forças de esquerda". Conhecida publicamente há cerca de dois meses a oposição do P.S. a uma intervenção eleitoral do M.D.P. na qualidade de representante da unidade de esquerda, e tendo o assunto sido largamente debatido com representantes qualificados do PCP e do MDP, interessa que o conhecimento da oposição do P.S. ao projecto não constitui por si só elemento negativo suficiente na ponderação pelo MDP dos "interesses globais das forças de esquerda".

O P.S. não impõe a quem quer que seja os seus pontos de vista e por maioria de razões o não fará a aliados. Mas, era contrapartida, reza-se a ser colocado perante factos consumados. O P.S. não dirigiu à CDE qualquer espécie de "ultimato". Declaram unicamente que lhe reíra o apoio na medida em que se confirme a decisão de esta evocar a si funções que são próprias dos partidos. Mas quem poderá estranhar que um partido político assim proceda? O conteúdo seria difícil de compreender. Ou só se compreende desde que se reconheça que, a nível dirigente, a CDE de Lisboa e outras comissões do MDP continuam um fenómeno de cobertura disfarçada de outras posições partidárias. De sustinham que têm militado no MDP desde o dia 25 de Abril, ocultaram a sua situação partidária.

Lastima é que, há mais tempo, o projecto de eventual intervenção da CDE no acto eleitoral não tivesse

sido formalizado por escrito, tanto mais que, desde a primeira hora, ele é notório nas palavras e na actuação dos seus principais dirigentes. Ao assumir posição clara, desde já, tem o PS em vista um de dois objectivos: na melhor das hipóteses, evitar que o processo se concretize; na menos favorável, antecipar e abreviar uma discussão pública inevitável de modo que, no período pré-eleitoral, as questões se encontrem já resolvidas e não advenha perturbação à necessária unidade de todas as forças políticas democráticas, especialmente dos partidos da coligação.

Em relação às secções do MDP que se não desviaram dos objectivos iniciais, o PS não tem a opção de constituição de uma actividade no plano unitário.

O PS nunca esqueceu, embora em público o afirmasse discretamente, que o abuso partidário do MDP representa a maior dificuldade ao entendimento fraterno dos partidos de esquerda. O PS tem empenhado todos os esforços para superar os reflexos negativos desse factor de discordância

e tem pacientemente exposto aos aliados, e nomeadamente ao PCP, o seu pensamento sobre a questão. Apesar da actuação dos dirigentes do MDP, a unidade democrática tem sido e continua a ser uma realidade.

Os perigos, dia a dia mais minúsculos, que ameaçam a liberdade e a construção da democracia têm de ser séria e eficazmente combatidos. O MDP poderia, e em alguns direitos poderia, ser útil no combate à reacção; mas o certo é que a sua predominante vocação partidária está oferecendo prestígio à campanha anticonstitucional e antisocialista da reacção neo-fascista. Não a unidade dos partidos democráticos, compromete-se a defesa da nova ordem política; ora a unidade, como é evidente, não se constitui mediante imposições unilateralizadas nem se refreia em nome de supostas. Resulta do entendimento desprezível e da concessão mútua, em clima de lealdade e no respeito da inviolabilidade.

O PS convide todos os partidos democráticos e personalidades verdadeiramente independentes a

estudar as fórmulas adequadas à congregação de esforços em defesa da democracia nascerem. Múltiplas são as perspectivas que se abrem; unidade das forças revolucionárias. O momento não é de votar, ser aliado; mas também não é a preparar uma situação em que o voto não possam, significativamente, ser usados no simples caso de os Democratas houverem sido impedidos de concretizar as suas opções próprias.

O PS não pretende entrar em polémica mas considera indispensável que o país tenha conhecimento dos problemas políticos de interesse para o futuro da unidade democrática.

Finalmente, o PS sublinha a identidade de pontos de vista e de argumentos verificada nos comunicados do MDP e do PCP, respeito dum problema que, por outros, tem inegável importância no processo de democratização de País.

## Semana Nacional

### Mário Soares e A. Santos em Bissau

O PRESIDENTE Spínola declarou no Búçaco aos jornalistas que Mário Soares e Almeida Santos deslocar-se-ão a Bissau para a transferência de poderes e que os destinos da Guiné-Bissap ficarão totalmente entregues às forças do novo estado a partir de 31 de Outubro. Acentuou ainda o Presidente da República que, por parte de Portugal, será garantido apoio económico, financeiro e cultural à nova nação africana com a qual serão assinados, muito em breve, acordos de amizade.

### Costa Gomes no Alfeite

COSTA GOMES, chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas visitou, terça-feira, o Alfeite, tendo, no final, uma reunião com os oficiais do Comando Naval do Continente, da Base Naval de Lisboa, do Grupo n.º 2 de Escolas da Armada e do Corpo de Fuzileiros do Continente. Depois do encontro foi distribuído o comunicado seguinte:

"A visita foi essencialmente de trabalho, destinado a facilitar o conhecimento pessoal dos oficiais e o chefe do Estado Maior General das Forças Armadas e a facilitar mais o espírito de camaradagem, que é a mais alta virtude militar.

Aproveitou o Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas a oportunidade que o diálogo permitiu, para fazer o ponto da situação político-militar, sublinhando a responsabilidade das Forças Armadas na situação actual de um país em marcha para a democracia, e clarificar bem os comportamentos e atitudes que competem aos militares mais responsáveis de cuja flexibilidade de espírito terá de se esperar um sentido nítido de respeito pela hierarquia e, simultaneamente, uma vigilância esclarecida para a aceleração de processos democraticamente em curso.

Houve ainda perguntas e respostas relativas a problemas técnicos e à evolução previsível, a prazo, do funcionamento das instituições militares." (Veja, a este propósito, o que escrevemos na pág. 17).

### Categoria de 1.º Ministro para Chefe do E.M. das F.A.

O CHEFE do Estado-Maior-General das Forças Armadas foi equiparado em categoria ao primeiro-ministro, ficando unicamente dependente do Presidente da República. O ministro da Defesa Nacional será o elo de ligação entre as forças militares e o governo. Contrariamente ao que acontecia no anterior regime, o governo deixa de exercer controle sobre as forças militares. A competência que a legislação atribuiu ao presidente do Conselho de ministros para os assuntos de natureza militar passa a pertencer ao Chefe do Estado-Maior.

O decreto-lei que legisla a matéria supra foi emitido pelo Conselho dos Chefes dos Estados-Maiors das Forças Armadas (novo órgão legislativo).

### Relações diplomáticas com a China

FOI MÁRIO SOARES quem afirmou em comício na Trafaria: "A Tunísia já restabeleceu relações diplomáticas conosco. Marrocos vai fazê-lo dentro em breve, com o Senegal. E a Argélia, a exemplo dos outros, muito brevemente estabelecerá também relações económicas, comerciais e diplomáticas com Portugal." "Neutro passo de seu discurso, afirmou Mário Soares que muito em breve serão estabelecidas relações diplomáticas com a China Continental.

### O "Depoimento" de Marcelo Caetano

MARCELO CAETANO começa a dar que falar com o seu livro de memórias, pretos a aparecer nos escaparotes das livrarias brasileiras. Algumas das declarações que já se conhecem e a imprensa se encarregou de divulgar esta semana, extraídas do "Depoimento", livro de 300 páginas, revelam bem a personalidade do seu autor.

Es algumas dessas declarações: "Em Portugal nunca ninguém foi preso pelas suas ideias". Faz o elogio da Pide "que lutou contra a subversão na metrópole e no Ultramar, com eficiência e entusiasmo". Ao referir-se às torturas (que todo o mundo conhece/ praticadas pela Pide: "A regularidade com que chegavam à Presidência do Conselho cartas com queixas sobre-torturas e uma certa uniformidade nas acusações através do estilo mostravam tratar-se de um movimento orquestrado. Não posso garantir que os tratamentos dos detidos suícos tenha havido algo de menos correcto, mas não conheço nenhuma polícia do mundo que esteja isenta de pecado. Veremos, com o tempo, se o novo regime pode dispensar este tipo de polícia e se a sua acção será melhor".

Quanto à guerra da Guiné: "A derrota militar na Guiné seria preferível a entrar em negociações com o P. A. I. G. C." — "Não nos podíamos acetar para a Guiné princípios e soluções que eram inaceitáveis para as outras províncias..." "Fiz então uma afirmação chocante para o general (Spínola) dizendo: "Para a defesa global das províncias ultramarinas é preferível sair da Guiné mediante uma derrota militar, com honra, do que através de um acordo negociado com terroristas, o qual abriria o caminho a outras negociações".

Quanto aos massacres de Wiriamo, sabendo perfeitamente que existiram e do qual lhe foram mostradas provas cabais, afirma que o inquérito oficial que ordenou não confirmou as alegações então feitas a esse respeito e ataca o Núncio Apostólico em Lisboa, acusando-o de "uma lamentável tendéncia para interferir na política interna portuguesa".

Queixa-se, finalmente, de haver sido escutado ao aeroporto no caminho para o exílio do Funchal apenas por um sargento de paraquedistas, ele que havia desempenhado altos cargos no país.

### O direito à Greve e ao "Lock-out"

FOI PROMULGADO o decreto-lei que confига o direito à greve e ao lock-out, enquadrando-a (a greve), na sua generalidade, no âmbito dos sindicatos e definindo-se os limites quanto ao objecto e respectiva tramitação.

### Galvão de Melo: um serviço de informação

FALANDO na RTP sobre o episódio mais recente de que foi protagonista a Pide na Penitenciária de Lisboa, e referindo-se ao destino a reservar aos respectivos arquivos, o general Galvão de Melo considerou "absolutamente necessária e urgente" a criação de um Serviço Nacional de Coordenação e Informação que agenas mantenha "as características boas", repudiando as "más": — "um serviço encarregado da pesquisa de informação, e não só de carácter político, mas de uma informação total, inclusive económica e financeira", preenchido "por pessoas da mais alta qualidade no que diz respeito ao carácter" e com total isenção relativamente à "coer política" e sem compromissos com entidades económicas.

J2)



# A crise CDE/MDP/PS e as suas consequências

HA SEMANAS em que se sente uma nítida alteração das condições políticas vigentes. Não as pequenas mudanças de pormenor, mas as modificações claras de certas variáveis do jogo político em curso.

O principal acontecimento terá sido a ruptura do P. Socialista com a CDE/MDP de Lisboa, bem como o MDM, o MJT e a CDEL.

O argumento invocado pelo comunicado respectivo foi o de que o P. Socialista não podia aceitar a predisposição da CDE de Lisboa de se preparar para participar nas eleições para a Assembleia Nacional Constituinte. E, acrescenta o comunicado, o não apoio à CDE de Lisboa continuará até que esta, explicitamente, afirme que não disputará aquelas eleições.

Já há mais de um mês, o Partido Socialista tinha tornado pública a sua deliberação de não aceitar a concorrência eleitoral do MDP/CDE, qualquer que fosse o título invocado — "da unidade antifascista ou da unidade da esquerda". E, comentara, que "sem concorrência partidária não há democracia. Votar PCP não é votar PS do mesmo modo que votar PS não é votar PPD.

"A democracia só se consolida mediante exercício democrático. E

seria ofensa ao eleitorado democrático retirar-lhe a opção entre as diversas organizações partidárias da esquerda ou compreendidas entre a esquerda e o centro-esquerda".

Não fora apenas o PS a definir essa posição. Também o PPD e o MES tinham discutido internamente a questão.

O Partido Popular Democrático, através de um comunicado, manifestou, aliás, na quinta-feira a sua adesão à tese do Partido Socialista, afirmando nomeadamente que "não reconhece qualquer legitimidade à CDE para intervir num processo eleitoral que apenas diz respeito aos partidos políticos". A este comunicado respondeu a CDE que "dispensa o não reconhecimento por parte do PPD da sua legitimidade para intervir no processo eleitoral", o que parece confirmar a sua vocação partidária.

Entretanto, o Partido Comunista tomou posição diferente do PS e do PPD, manifestando a sua solidariedade ao MDP e à CDE de Lisboa e considerando "um tanto estranho que um partido tome como um acto hostil para consigo o facto de tal ou tal organização democrática admitir a possibilidade de "disputar" as eleições para a Assembleia Constituinte."



"Apenas dois meses, entre Pareira de Moura, ministro a representar o MDP, e a atitude do PS"

## Significado

A publicação que o EXPRESSO hoje faz (vidé pág. 1) do documento de trabalho da CDE de Lisboa, que se chocou com as propostas dos delegados do PS na Comissão Executiva, ao avançar, em princípio, o projecto de concorrência eleitoral, permite esclarecer o preciso significado da ruptura. O MDP/CDE foi, durante o regime vigente até ao 25 de Abril, a organização política democrática única, com natureza de larga frente de forças anti-fascistas.

Depois do 25 de Abril, o seu papel relevante no plano central e local foi destacado pelo MFA, designadamente através da representação no Governo Provisório Civil.

Aliás, a experiência de entidades análogas do MDP/CDE em países estrangeiros fora muito similar à nossa. Em países tão diferentes como, por exemplo, a Itália e a Filadélfia, ela viveu o seu tempo azado de existência, e começou a declinar com a criação e funcionamento institucionalizado dos partidos políticos.

Ora, como revela o documento em causa, o MDP/CDE visionava prosseguir a sua actividade em casos com características idênticas às dos partidos e em muitos outros diferente e mais vasto.

Simplesmente, um a um, todos os partidos cujos militantes nele se integravam, salvo o Partido

Comunista, foram acentuando a ultrapassagem de período transitório inicial, a crescente margem de escolha partidária das massas populacionais. Aliás disso, o P. Socialista chegou mesmo, em comunicado regional de Coimbra, a acusar o MDP/CDE de se comportar como estrutura paralela de dominação do Partido Comunista Português.

É certo que através dos órgãos de imprensa em que mais usualmente cooperam os seus militantes (vg. "Século" e Diário de Lisboa") apareceram defesas do Movimento contra as afirmações dos partidos que citavam os exemplos das democracias pluripartidárias em que o papel dos movimentos unitários é nulo ou se apagou substancialmente.

Falou-se mesmo do paralelo MDP/MFA, que seria posteriormente ultrapassado com as manifestações de apoio às F. Armadas com crescente patrocínio dos Partidos e apagamento do MDP. Conforme o documento reconhece, a formação do 2.º Governo Provisório, com a ausência de qualquer representante do MDP/CDE, por clara exigência de partidos da coligação do poder, foi o primeiro sinal confirmativo de perda de peso político, a que se seguiram inclinatvas múltiplas inter-partidos que subalternizaram aquele movimento.

As reuniões semanais do Primeiro Ministro, Vasco Gonçalves, com representantes dos 3 partidos da coligação, e com ausência do MDP/CDE vieram naquela linha corroborar o esbatimento da função reconhecida ao movimento.

A consciência de todos estes factos, que se sucederam em ritmo aceleradíssimo, a partir de há 2 meses para cá, levou o MDP a procurar uma prova de força, que seria o seu Comício do Emigrante, com a presença de Costa Gomes e Vasco Gonçalves, e a tentar motivar os seus militares, amplamente descoroçados pela incerteza quanto à permanência e perdurabilidade do Movimento.

O Comício não teve porém, sequência pública suficientemente visível, e a motivação dos militantes passava pela admissão, em princípio, de uma acção eleitoral. Ora ao começar a mostrar o que certos partidos suspeitavam para aglutinar uma larga zona política de forma inorgânica para fins eleitorais), o MDP/CDE abria caminho a uma ruptura irreversível e fundamental.

No dia 22 decorre a primeira reunião da Comissão Executiva, que examina a posição da CDE de Lisboa, mas inserida no contexto global das perspectivas de actuação do MDP: Os membros do PS são portadores de propostas

clarificando a não concorrência eleitoral do MDP/CDE. De então até 26 (data da 2.ª reunião), a "República" publica dois artigos contudentes de dirigentes do Partido Socialista (António Reis e Alberto Arons de Carvalho) atacando os argumentos da existência de um interesse unitário supra-partidário, e de personalidades vocacionadamente independentes, do ponto de vista partidário, ao invés do defendido habitualmente por leaders do MDP/CDE.

No dia 26 consumava-se a ruptura, divulgada no comunicado de anteontem.

No fundo, tratava-se de um primeiro epílogo de um processo evidente e rápido, em que a própria designação de Governadores Cívicos, fora exemplarmente significativa.

Sistematicamente se verificou em vários distritos por um lado, a coincidência total dos nomes de MDP e do PCP, ao invés do que sucedia com o PS e o PPD. Por outro lado as escolhas acabaram por ser concluídas em Conselho de Ministros restrictos, com dilacção da posição do MDP.

Quais as consequências previsíveis desta ruptura?

Antes do mais que, de duas uma: ou nos diversos distritos, o MDP/CDE vai tomando uma posição pré-eleitoral, e os militantes distritais que pertencem ao PS irão saindo, numa longa série que pode durar alguns

meses, ou o MDP/CDE trava o seu "êlan" eleitoral, e uma travagem de um dos dois meses, de Setembro em diante, inviabiliza mesmo qualquer veicidade de presença nas eleições.

Neste segundo caso, o PS (que não deixa de reconhecer a existência do MDP/CDE) poderá voltar a conceder-lhe o seu apoio, embora nunca para as eleições.

Saber, portanto, agora a reacção do Movimento é importante, bem como o será saber a do PCP, que recentemente, no "Avante!" lhe testemunhava entusiástico apoio.

Em síntese, o MDP/CDE terá duas saídas: ou atacar a atitude do PS, tentando pressioná-lo a uma aproximação, mas afastando largos sectores da opinião pública, ou mudar de 180.º a estratégia eleitoral, aceitando que se persistir participar nas eleições, só com o apoio do PCP aparecerá necessariamente perante a opinião pública como um desdobraimento daquele, com alguns casos isolados de independentes (e daí a nota final do documento do MDP/CDE).

Mas, o acontecido poderá ter outras consequências relativamente a partidos membros do MDP/CDE. Assim, na linha lógica das posições anteriormente defendidas, o FPD poderá ser levado, após a atitude clara do PS,

a considerar oportuno o passo de uma desvinculação parcial ou mesmo total do MDP/CDE.

E o próprio MES (em que a chamada linha César de Oliveira tem sido insistente neste ponto) poderá brevemente tomar a iniciativa de uma saída para efeitos eleitorais.

A verificação de todos estes factos (a consumação ou não) representaria a destruição definitiva do MDP/CDE, e colocaria noutros termos vários problemas em que a sua intervenção tem sido sensível, como a actividade sindical, e, sobretudo, as autarquias locais.

Como acima dissemos, nada do que sucede é original. Já se passou em vários países europeus ocidentais e sempre de forma análoga, tendo o desfecho sido idêntico ao que se começa a precisar na vida política portuguesa.

De resto, subjacente aos objectivos e meios do MDP/CDE tinha sempre estado a convicção de que seria inelutável uma coligação anti-fascista em Março de 1975, quando não só a natureza das eleições (para uma Constituinte), como o próprio sistema eleitoral poderão apontar para uma concorrência partidária isolada.

## Governos civis

Outro facto saliente da semana finda foi a nomeação de mais uma "fornada" de Governadores Civis e o empossamento de vários já nomeados.

Neste particular, merecem ser assinaladas, por representativas de uma linha política que parece tornar-se dominante algumas das palavras do Ministro da Administração Interna Costa Braz na posse do Governador Civil de Évora:

O 25 de Abril veio demonstrar que estava em causa o País. Está portanto também em causa a sua legislação de que no quadro das relações que regem a Administração Interna do País (a nível central e local) é expoente o código administrativo. Está também em causa o código administrativo.

Mas não pode estar em causa a autoridade do Governo como não está em discussão a soberania do nosso País.

É o Governo constituído por personalidades independentes civis; é constituído por representantes do Movimento das Forças Armadas por definição e por vocação apolítico, e é constituído por altos representantes das três principais opções partidárias que apoiam democraticamente a execução, pelo Governo Provisório, do programa do Movimento das Forças Armadas.

Dessa autoridade do Governo Provisório decorre a autoridade dos seus representantes e delegados que podem conforme as circunstâncias, integrar-se num dos quadrantes acima referenciados.

A escolha de V. Ex.ª, foi livremente decidida pelo Governo sob proposta do Ministro de Administração Interna, — tal como estabelece a lei constitucional — após as consultas tidas como suficientes junto das cinco categorias de pessoas referidas.

Face ao regime instituído no 25 de Abril, foi uma escolha baseada em critérios democráticos na definição dos quais importa mais a garantia de dedicação, isenção de atitudes

e inteligência que a pessoa escolhida ofereça, do que a sua opção partidária.

Que ninguém de boa fé fique legitimamente a dúvida de que assim se procede. E bom sinal é, que haja em cada terra várias pessoas em vez de uma só, que possuam aquelas características.

Tem V. Ex.ª, a confiança do Governo Provisório e como o Governo Provisório é intimamente apoiado pela população do País não necessita acrescentar mais nada.

Estas afirmações parecem constituir uma resposta às tendências verificadas antes e até depois da escolha dos governadores civis para pressões indirectas ou sinuosas sobre o Governo no sentido de promover ou de impedir a nomeação de certas personalidades.

## Legislação

A semana passada foi ainda uma semana de intensa faina legislativa, e isso prevaleceu sobre a actividade política partidária, que decorreu com intensidade usual (apenas com o facto saliente do boicote total da sessão do CDS em Portimão, inserida logo na primeira série que aquele partido promoveu pela provincial).

As leis da greve e do lock-out, e da liberdade de reunião, cujos textos foram divulgados publicamente, vêm na linha de legislações similares de vários países da Europa ocidental, tendo sido interpretadas pelos observadores políticos como constituindo um sintoma de centralização na vida política portuguesa.

O cortejo da lei da greve aprovada com o projecto Adalino Gonçalves, por exemplo, mostra claramente as diferenças substanciais existentes entre os dois.

Entretanto, o Conselho de Ministros iniciava a apreciação e outra legislação fundamental, encontrando-se praticamente elaborados os projectos de diplomas legais sobre partidos recenseamento e sistema eleitoral.

Aliás, a aprovação da legislação sobre recenseamento é de uma urgência fundamental, se se

diver presente que para haver eleições em Março de 1975 cumpriria que o mecanismo do recenseamento estivesse em funcionamento em meados de Setembro.

## O casa da TAP

Também constitui um facto a assinalar no panorama político português o processo reivindicativo de vários sectores do pessoal da TAP, culminado numa greve que paralizou as carreiras daquela companhia e alguns serviços de apoio a companhias internacionais.

Invocando razões de interesse público, o Governo decretou o enquadramento militar do pessoal da TAP, para o efeito, tendo sido utilizado o COPCON.

Os factos que rodearam todo o processo grevista que conjuntamente com o do Jornal do Comércio dominou esta semana, bem como a decisão do Governo e a sua execução encontram-se longe de um esclarecimento total, que permitirá aos comentadores políticos retirar conclusões muito importantes acerca do actual peso das estruturas sindicais.

## Semana cheia

Foi, pois, uma semana cheia de acontecimentos, de mais diversa natureza. E se alguns deles constituíram sinais de um afrontamento no plano das relações de trabalho, que terá sequelas ainda não determináveis nas próximas semanas, (como na TAP e no Jornal do Comércio susceptível de afectar outras empresas do grupo), já outros factos como a ruptura PS/CDE de Lisboa ou a legislação promulgada são claros no que revelam de uma sensível alteração dentro do equilíbrio das forças políticas e socio-económicas em tensão permanente.

N. S.

25

## AS MEIAS PALAVRAS

DURANTE MUITOS ANOS, habituámo-nos, em Portugal, às meias palavras. O medo de falar (ou de escrever), as inibições causadas pelo risco de prisão e pela censura, aliados aos preconceitos de que nunca nos libertámos, ao «parece mal», ao receio de arranjar malentendidos, evitaram que se dissesse claramente o que se pensava.

Apesar de tudo o que o 25 de Abril modificou — ou quis modificar — essa incapacidade de ir ao fundo das coisas, exprimindo sem rodeios uma opinião, mantém-se ainda em grau elevado. A Imprensa, que de certo modo é um espelho da comunidade, bem o demonstra, em muitas ocasiões.

Sabe-se, por exemplo, que existe uma perigosa indeterminação quanto ao exercício do poder neste momento em Portugal. Detecta-se também algum desacordo dentro das Forças Armadas sobre o porquê e o para quê (e o como) da revolução — o que, detendo as Forças Armadas a força (o que nem sempre é igual a deter o poder), tem evidentes implicações não apenas militares, mas também políticas. Conhece-se ainda que a fase mais aguda da crise estará por agora superada.

No entanto, acerca de uma questão que interessa a todos nós (uma das vantagens do 25 de Abril foi fazer-nos ver que o país é de todos e não apenas dos mais privilegiados ou dos mais fortes), caiu uma cortina de silêncio, entrecortado por meias palavras e por boatos.

Outro exemplo: sente-se, pelo país fora, uma onda de incerteza e de insegurança derivada da falta de autoridade. As hesitações da PSP, as leis que são publicadas e não se cumprem, o que se passou no caso TAP, são, entre outros, sintomas claros de que se procura mandar sem se ter a garantia de que se será obedecido.

Isto é importante, tanto para a tranquilidade do nosso dia a dia, como para evitar que se caia numa situação em que os cidadãos prefiram um regime autoritário (seja de que sinal for) às dificuldades positivas da via democrática. Para além dos «fatos diversos, pouco ou nada, contado, se fala (ou escreve) sobre as consequências e as causas da crise de autoridade.

Parece que as pessoas escolheram a política suicida do avestruz: só vêem o que querem, só pensam sobre o que lhes convém, só falam e actuam acerca do que as afecta a curto-prazo. Ou será que todas vêem e pensam a realidade portuguesa em Agosto de 1974, mas só algumas são capazes de falar sem meias palavras e actuar em conformidade?

Taveira, Tomás

# Habituação social-democracia ou empirismo?

Tomás Taveira

## 1. Habitação social

TUDO quanto possa dizer respeito à HABITAÇÃO, põe imediatamente em jogo um universo muito largo de diferentes opções e pontos de vista, quanto ao modo de a encarar, o qual impõe que haja a partida, e neste caso especialmente, uma dicotomia embora breve e operatória apenas, em relação ao que ela representa como fenómeno Técnico-Económico e Sócio-Político.

De facto se a Habitação é um bem a que corresponde em certos casos uma sobrearga adicional da qualidade, a qual pode ser encarada como um dos indicadores de qualidade de vida, não é menos verdade, que dum modo imediato e simples ela representa o bem a que todos têm direito dentro duma Sociedade Democrática e que não existe sozinho; antes e ao contrário, tráz consigo um universo de implicações, que a não serem respeitadas a transformam num pecado. Já Habitação é uma função social cujo valor se transformamos, a partir do desenvolvimento da civilização Industrial, num dos mais importantes; a que o homem pode ignorar, e sem o qual a célula familiar não pode florescer, quer ela seja entendida na forma clássica da antropologia cultural do Ocidente ou como comunidade associada e mais larga do ponto de vista dos seus membros fundamentais, como princípios a associar com alguma frequência.

Assim ela traz consigo um enquadramento geral de outros bens que dizem respeito ao homem e sem os quais não se pode pensar numa Organização Urbana Habitacional e que são: equipamento destinado ao ensino e à cultura, equipamento médico-sanitário, recreação, comércio, transportes públicos, e uma rede geral de infra-estruturas a que se pode acrescentar hoje, os sistemas que asseguram uma boa ligação entre a casa e o local de trabalho.

Podemos crer que tecnicamente a Habitação não pode ser considerada em si própria, mas mesmo assim não perdendo de vista um quadro geral de articulação de bens sociais onde ela constitui talvez no início, aquele bem, que representa a maior quantidade de bens construída com implicações

várias ao nível da imagem, e que sendo como equipamento urbano o de maior peso, não deve ser sempre considerada em todos os momentos da vida duma urbe ou de uma comunidade como ocupando o primeiro lugar dentro das estratégias possíveis de acção.

De facto, dum ponto de vista político, poder-se-á em vários momentos da evolução das comunidades optar por equipamentos, que tenham um peso maior na sua reestruturação sócio-profissional, e por isso possam representar um investimento de maior repercussão no futuro do povo no seio do qual essas táticas são encaixadas e levadas a cabo. Por outro lado normalmente a Habitação impõe-se à vida da cidade como fenómeno técnico, cujo ordenamento atinge em termos de preocupação uma importância capital, sempre que a população atinge em número valores da ordem das centenas de milhares ou milhões de habitantes.

umas vezes porque a estrutura da cidade (ou a sua falta) leva a que haja uma crescente dificuldade em se atingirem locais de trabalho, os locais de "lazer" colectivo, de obtenção de cultura e outros; outras porque a concentração de empregos em certas regiões e a sua especialização crescentes conduzem a uma quebra do equilíbrio entre a área disponível e a atracção regional que exerceem, e que por consequência vai apressar a emferrujação das aptidões gerais da região que a envolve e até por vezes conduzir à ocupação das áreas de maiores recursos para a produção (em termos de obtenção de alimentos com os perigos inerentes em matéria de economia regional, e com implicações directas muito graves na economia das populações).

## 2. Reordenamento urbano

A este nível pode dizer-se que são duplos os perigos que se correm: um o da destruição dos recursos agrícolas que tanta importância têm para a humanidade, através da ocupação das melhores áreas das regiões pelo crescimento descontrolado e não controlado das cidades e através da poluição crescente das regiões Metropolitanas das grandes urbes,

que acompanham esse crescimento, e que tem reflexos muito variados na estrutura do local onde a cidade se localiza; os quais vão desde a destruição dos recursos até destruição da qualidade da paisagem urbana e humana, passando por tudo quanto diz respeito à anulação de espaços azuis e verdes, a consequente pressão psicológica que exercem nas populações, conduzindo a uma quebra geral de qualidade de vida, pela quebra geral da qualidade do ambiente.

Os outros perigos são os que se traduzem pela perda no equilíbrio entre o trabalho e o descanso com o agravamento insuportável das deslocações pendulares diárias e pelo aumento enorme dos custos sociais dos bens de consumo progressivo, dentro de um quadro de melhoria da qualidade de vida como sejam o acesso à cultura e ao ensino, à assistência e à saúde pública, que acabam principalmente nas cidades de crescimento orgânico (não controlado) por ficarem extremamente afastadas da maioria das populações. E quase "natural" está constatar-se na maioria das cidades Ocidentais, onde se juntam como factores negativos o alargamento das áreas habitacionais, aumento de tamanho segundo as linhas de maior penetração regional, emferrujação e decadência do centro histórico e das áreas centrais em termos gerais.

Dagá, que ficam condenados à falência e ao paternalismo a grande parte dos programas sociais das grandes Metrópoles. Primeiro porque falha o aparelho de controlo e gestão da cidade que não inclui, ao longo dos anos, na ideia de habitação, os restantes custos sociais correspondentes ao equipamento social básico necessário a que as populações se sentem apoiadas e vivem em equilíbrio, e segundo porque a mesma falta de controlo conduz à quebra do equilíbrio entre o número de oportunidades de emprego efectivo e não precários e a mão de obra disponível. Esta que acaba, por arrastamento, por se concentrar em muito maior número, na periferia das grandes cidades.

De igual modo, os perigos que atingem as regiões urbanas das Áreas Metropolitanas, têm reflexos muito profundos não só no seu

enquadramento regional próximo como se refere atrás, como ao que mais longínquo.

Agora pelo que elas representam de atracção e consequente abandono dos campos, que nem sempre traz consigo a contrapartida que os mais jovens elementos das comunidades rurais procuram quando se deslocam para a cidade.

Estas massas populacionais ao deslocarem-se no interior do seu país (pelo engrossar da cintura periférica das grandes urbes, onde se vão localizar as de menores recursos) geram por seu lado também problemas que entendidos de um modo imediato, são e criaram uma carência de braços de trabalho nas zonas "interiores", e o lançamento no mercado de trabalho das regiões mais desenvolvidas, para onde se deslocam, uma mão de obra não especializada, fracamente ou mesmo não competitiva, que acabará por vir a desempenhar as tarefas menores e a auferir igualmente baixos salários de miséria.

Se do mesmo modo se analisarem as razões do crescimento de cidade verificamos que elas são em termos de distribuição de rendimentos económicos altamente desconfinas. Verificamos que a Cidade "cresce" mais pela segregação da grande massa populacional, pela segregação dos economicamente mais pobres, de que por aglutinação das massas trabalhadoras e pela correspondente compensação de melhoria de qualidade de vida que apesar de tudo a "vitamina" que representa a divisão do trabalho parecia poder vir a justificar e proporcionar como compensação. Assim o problema de optar por um tipo de HABITAÇÃO ou melhor por um tipo de Política Habitacional põe à partida acima de tudo um Problema de Reordenamento Urbano, que por seu turno deverá corresponder ao derivar de uma Política Geral de Desenvolvimento do País, ou da Região onde se insere a massa populacional à qual se pretende proporcionar uns certos benefícios e "uma pelo menos aparente melhoria" de vida.

## 3. Classes sociais

Dentro de um quadro geral de carências habitacionais, mesmo

que elas sejam entendidas apenas no Universo restrito dos "standards", põem-se problemas extremamente diversos e que derivam da estrutura econômica astrológica das populações.

Temos assim que nos deter sobre o que será um meio rural, onde muitas vezes existem casas abandonadas pelas razões já focadas, e ao mesmo tempo são bem patentes as carências de conforto generalizado, que se alargam por vezes, da falta de água, electricidade e expõem até à falta das mínimas condições de micro clima interior ou de defesa contra a intemperie. Temos que nos deter sobre os meios urbanos onde o desenvolvimento económico não é grande, que vivem num equilíbrio entre o emprego no sector primário, indústrias de extração e actividades rurais ainda que já mais ou menos mecanizadas, e um sector secundário com indústrias de transformação muito incipientes, sem capacidade para gerar um Terço forte, e por fim nas áreas de grande capacidade económica onde se concentram as grandes massas populacionais e onde os desequilíbrios são maiores.

Cada um destes sectores deverá ter uma solução própria para o seu problema de carências habitacionais, visto que têm também diferentes necessidades, e acima de tudo porque a distribuição dos recursos não sendo homogênea, justificará em países em vias de desenvolvimento que se empreguem estratégias em que se dê provavelmente a primazia às regiões onde os problemas mais agudizam, caso das áreas Metropolitanas.

Acontece que voltando a pôr em acção a ideia de descentralização de ocupação do solo das regiões, como caracterização das suas diferentes populações e das diferentes necessidades, somos levados a concluir que se torna muito mais vital intervir nos meios rurais, ao nível da educação sanitária, da alfabetização; nos meios urbano-rurais ao nível da incentivação das indústrias e vulgarização de meios mecânicos de actividade, e da consequente reestruturação das categorias sócio-profissionais; e entre nos meios urbanos cujo desenvolvimento atinge as centenas de milhares de habitantes quando não até milhões

é que tanto a nós se podem pôr como mais agudosa os problemas numa definição de prioridades e opções entre programas públicos e cooperativas e situações de casa própria, quer unifamiliar quer polifamiliar, industrialização da construção, ou auto-construção. Alguns dos mais importantes problemas que se põem às opções de casa unifamiliar ou multifamiliar, públicas ou privadas derivam das condições económicas dos diferentes estratos sociais e em muitos casos dos condicionamentos de comportamento e de cultura que se desenvolvem no quotidiano da vida das comunações e das interacções entre elas. Efectivamente as classes sociais têm no mundo ocidental, desenvolvido uma particular forma de comportamento, podendo efectivamente dizer-se, que apesar de tudo é principalmente a média e alta burguesia quem constitui o padrão mais generalizado de cultura a qual vai influenciar mais ou menos as classes contíguas mais baixas e por vezes até os comportamentos de comunidades muito afastadas geograficamente. Poder-se-á dizer que uma das "formas" mais generalizadas, com a ajuda das quais nós temos eleito no mundo ocidental as tipologias dos fogos, a sua estrutura e as morfologias urbanas, é constituída pela instrumentação sociológica, a qual no entanto não tem tido a correspondente evolução, em ordem à definição e análise das diferentes classes sociais que o póssuerra fez surgir. De facto verifica-se que, uma crescente e progressiva proletarianização da média burguesia nos países economicamente sub-desenvolvidos, a par do aparecimento de classes sociais vivendo na mais extrema miséria, porém perfeitamente integradas no ambiente urbano, obrigam a uma nova atenção e a um novo estudo científico, à luz das consequências e do choque do "progresso".

Estas classes sociais marginais, proletárias e baixa burguesia proletarianizada, que se concentram quase que exclusivamente na orla das grandes cidades vivem em condições altamente diferentes, no que diz respeito à habitação, equipamento colectivo social, gram a necessidade dum Política Habitacional, incoquiva, e poder-se-á dizer que é em ordem a

elas que se pretendem ou devem estruturar a maioria dos programas de intervenção a este nível.

Este problema assume tanta importância, quanto o Mundo Ocidental, como o chamado Terceiro Mundo, que têm estado sujeitos às formas mais divulgadas do imperialismo, têm feito aparecer no seu seio, na esmagadora maioria, populações em condições a que não basta a clássica classificação de proletariado, para que fiquem definidas.

E pois do conhecimento muito concreto da realidade destas classes sociais, das suas necessidades, desejos, e do modo como a Sociedade em termos gerais as pode fazer evoluir, que poderão surgir com intencionalidade e clarividência os diferentes Programas Habitacionais, na medida em que se é importante a preservação das diferentes comunidades, não é menos verdade que não será possível actuar sem a distribuição de populações.

Teremos pois que tomar consciência, de que não é já um conjunto de normas urbanísticas onde se prevê a existência equilibrada de índice de ocupação, zonas verdes, equino, comércio e uma certa qualidade de imagem, que pode resolver os problemas mais importantes da vida das populações, tal como se acreditava nos anos que antecederam a segunda guerra mundial; visto que hoje a cidade é assalada por enormes massas populacionais geradoras de problemas ou elas próprias resultando desses problemas, cuja solução não é da ordem de ordenamento físico do território e da distribuição e ocorrência das diferentes funções, embora tenham um certo peso na melhoria das condições de vida. Os problemas hoje são mais da ordem político social e das intervenções e ajudas possíveis entre as diferentes comunações económicas mundiais.

#### 4. Estratégias

Partindo da ideia de classe social para a reestruturação do pensamento e da política a pôr em acção quanto à Habitação levantam-se de imediato problemas técnicos de vária ordem, que não podem quanto a nós deixar de ser considerados como básicos, em-

bora não digam respeito directamente à economia estrutural do mercado da habitação (e onde os diferentes programas políticos, podem pôr em acção diversos mecanismos como sejam nacionalização do solo urbano, nacionalização das mais valias, criação de fundos ou bancos de habitação, destinados a organizarem os financiamentos para a execução dos programas habitacionais) que vêm a ter reflexos altamente profundos na futura economia da cidade em certos casos a longo prazo e nos outros casos a curto prazo.

Estes aspectos dizem respeito aquilo a que se poderá chamar a verdadeira nova estrutura da cidade, que deixará de ter como elementos constituintes básicos, o ordenamento visual, o modo de apropriação do espaço pelas diferentes culturas e religiões, e tudo quanto anteriormente se tem posto em acção, em termos de ordenamento físico. Essa nova Estrutura passará a ter como dominantes os elementos funcionais e as interacções entre os diferentes usos e regiões urbanas, mas acima de tudo os factores sócio-políticos, passando assim a aglutinar e dar primazia a tudo quanto possa representar os cursos sociais dos equipamentos para cuja localização e dimensionamento se impõem talvez novas regras, que igualmente podem vir a justificar muitas outras diferentes opções, quanto ao tipo de desenvolvimento da Cidade, ou mesmo quanto às estratégias a pôr em acção as quais podem eleger como prioritário, um certo programa educacional ou de desenvolvimento industrial em detrimento de programas habitacionais mais vastos.

Há assim quanto a nós que escolher uma estratégia onde sejam evidentes os aspectos imediatos da acção ao nível de se resolverem as carências mais gritantes tendo como base sistemas "mais peculiares" como é o caso da auto-construção (o que está previsto ao nível do Governo) sem contudo se perderem de vista a organização de intervenções da construção industrializada, que para além de ser um factor de dinamização económica, em si, permitirá com a ajuda dum forte dinâmico de planeamento e projecto a resolução do problema da habitação, equipamento e parque industrial.

# A POSIÇÃO DO GENERAL COSTA GOMES

UMA DAS características essenciais dos períodos transitórios na vida política das sociedades é a da aceleração dos acontecimentos.

Ao mesmo tempo, em sociedades marcadas por estratificação social muito rígida e pequena interpenetração cultural, a consciência generalizada que se possui desses acontecimentos aparece sistematicamente retardada em relação à sua verificação.

Em Portugal, assistimos quase todos os dias a estes dois fenómenos: a sucessão, a ritmo incessante, de eventos ligados à detenção e exercício do poder político, e o atraso com que a opinião pública deles toma conhecimento amplo.



## MFA: que linhas?

Vimos na semana passada que os últimos tempos permitiam simonizar no MFA duas linhas diversas, cada qual chefiada por um grupo de jovens oficiais e portadora de uma posição política que os observadores consideram específica.

A primeira delas corresponde, grosso modo, ao núcleo essencial que coadunou a execução político-militar do 25 de Abril, e teve, desde a primeira hora, a sua presença dominante na Comissão Coordenadora do MFA.

A sua acção foi, como já dissemos, muito intensa nos primeiros tempos que se seguiram ao movimento triunfante, mas permaneceu e permanece estruturada, funcionando permanentemente, com relevo para a presença dos seus representantes no Governo Provisório e no Conselho de Estado.

Os homens, que, desde cedo, se destacaram perante a opinião pública, foram Vasco Gonçalves (que teve um papel de relevo na segunda fase da preparação do 25 de Abril), Melo Antunes, Victor Alves (que com Hugo Santos e Vasco Gonçalves formou dois oficiais que orientaram as reuniões do MFA numa primeira fase), Victor Crespo (considerado um dos homens fortes de Marinha no MFA antes do 25 de Abril) e Otelo Saraiva de Carvalho (como ele próprio o reconheceu, muito mais um estratega militar do que um político).

Se estes oficiais apareceram como centrais cabeças do MFA, cumpre não esquecer que eles não esgotam o elenco do núcleo central, de que têm surgido a público, embora mais raramente, outros elementos, como Costeira, Pinto Soares (o homem que serviu de contacto do MFA com Vasco Gonçalves), Vasco Lourenço e outros mais.

Se se analisar a linha de acção do MFA nos 4 meses volvidos, ressaltam várias ideias-força:

1) A preocupação de defesa do seu Programa, que aflorou na Crise Palma Carlos, em que foi possível à Comissão Coordenadora fundar-se sem efectivo apoio das respectivas bases;

2) O desejo de manutenção do MFA como estrutura restrita e rotunda de organização permanente, na antevista da necessidade de intervenção na evolução política em curso;

3) Uma aversão ou susceptibilidade a qualquer tipo de mudança de personalização do poder, designadamente na chefia do Estado;

4) O entendimento de que o 25 de Abril foi mais do que um golpe de Estado causado pelo problema africano, de que decorre uma interpretação de esquerda do programa do MFA. Esta interpretação, aliás, é em larga medida apelada ou estimulada por alguns dos partidos ou movimentos existentes.

Aliás, tendo na sua maioria, os oficiais em causa uma formação de esquerda, dela decorria naturalmente a sua posição face às várias interpretações sugeridas do Programa do MFA. E a preocupação de evitar "ocupações" distintas do movimento de 25 de Abril acastava uma certa intranquilidade quanto àquela posição.

## Dois manifestos

Como surgiu a outra linha dentro do MFA é matéria de extrema complexidade.

Cronologicamente, ela deve ter começado a dar os seus passos antes mesmo da crise Palma Carlos. Então ela poderá ter partido de círculos afectos ao General Spínola ou a outros dos membros mais conservadores da Junta de Salvação Nacional.

O desfecho do caso Palma Carlos no Conselho de Estado, o reforço subsequente da primeira linha, accentuado em várias escolhas para postos de relevo, se não parou, pelo menos retardou os passos a dar pela segunda linha.

Pode-se dizer, assim, que ela só ganhou expressão vível com o aparecimento dos dois manifestos, dirigidos às Forças Armadas Portuguesas.

Detexamos, por agora, de parte, o manifesto dos oficiais gerais, pedido a Spínola uma atitude clara quanto à evolução política portuguesa (que, curiosamente, parece vir em conjugação com o dos jovens oficiais).

O mais importante foi o manifesto de alguns dos membros do MFA, que, devidamente visado pela autoridade competente no topo das Forças Armadas, circulou em múltiplas unidades do país.

Esse manifesto exteriorizava uma atitude, fundada em várias sérias de argumentos:

1) a manutenção do MFA e as suas estruturas de decisão limitadas a uma minoria, criava entorses à hierarquia militar, e contrariava o Protocolo do MFA;

2) O redetismo de alguns dos elementos de cúpula desprestigiava o MFA, além de ir contra o espírito que presidira à sua formação;

3) Alguns passos dados podiam, segundo esta linha, inviabilizar ou dificultar a via democrática eleitoral, expressamente consignada no programa do MFA.

De facto, subjacentes a estas considerações encontram-se duas mais fundas:

a) A sua formação mais moderada, e em alguns casos conservadora, mas oficiais tinham do 25 de Abril, e do Programa do MFA uma interpretação diversa da dos primeiros. Para eles o 25 de

Abril fora um golpe militar (e não uma revolução social), e apostava para uma democracia, mas nada mais, pelo que quaisquer mudanças profundas de estruturas até Março de 75 não cabiam no Programa do MFA.

b) Tinham alguns deles vinculações directas a Spínola, e apostavam, ou, pelo menos, faziam-se eco de uma certa necessidade de reforço dos poderes daquele. Na realidade nesta segunda linha conjugavam-se dois grupos: o spinolista, avesso à Comissão Coordenadora desde sempre, e o dos que fixara o 25 de Abril, regressara às unidades, detendo as "cabeças" as tarefas políticas, mas começara a preocupar-se com o panorama nacional. O novo da situação estava em este segundo grupo mais numeroso ter vindo engrossar e primeiro, duro, mas limitado.

O manifesto provocou reacções muito diversas. Por um lado, suscitou uma reacção contrária por parte de oficiais com responsabilidade na estrutura do MFA, designadamente com funções de governo militar. E, por outro, em que suscitou protestos à sua circulação.

Por outro lado, veio a ser assinado por um número mais elevado de oficiais do que seria esperável (em certas armas, como cavalaria, tratou-se da maioria clara).

É evidente que as adesões tinham motivações diferentes. Todas exprimiam uma desafeição quanto a condutas da comissão coordenadora, mas sem todas podiam ser interpretadas de choque (quase) em branco ao Presidente da República, conhecia-se, entretanto, que este processo coincidia com a maior actividade do General Spínola e de seu homem (como o Coronel Durão e o Tenente Coronel Almeida Bruno).

Quem eram, entretanto, os homens desta segunda linha?

Parece difícil uma enumeração exactiva, mas nomes como os do Major Monge, do grupo spinolista, e Hugo Santos (muito activo nas suas vindas da Guiné) e Salgueiro Maia, no outro grupo, são referidos pelos observadores políticos com insistência.

## Linhas de acção

Os acontecimentos das duas últimas semanas permitem-nos dizer com alguma segurança que se pode falar hoje numa situação de ultrapassagem momentânea.

Do lado da Comissão Coordenadora, houve a percepção de que, em futuros plénarios, corria o risco de se ver marginalizada, e ultrapassada em votação pela outra linha.

Assim, as hesitações e as excitações provocadas pelo anúncio, silêncio e cancelamento de um Fidejussório há uma semana e meia indolentemente tidos em vários relevantes do MFA, como Otelo Saraiva de Carvalho pareceram trazer o seguinte desejo da Comissão Coordenadora: de não convocar um Plénario enquanto houvesse possibilidades de divisões nítidas que lhe poderiam ser desastrosas.

Neste contexto, se compreende também a sota de Forças, que não impõe nenhuma obrigação (que seria, aliás, contrária ao Programa do MFA), mas prudentemente solicita consulta sobre novas notícias referentes a actividades do MFA.

Entretanto, Melo Antunes regressava do Dar-es-Salaam e claramente afastava a hipótese de ir para Moçambique.

Os observadores políticos interpretavam a atitude em função do contexto político. Melo Antunes era uma das cabeças incontestáveis do MFA, até pelo seu nível intelectual e experiência política.

A sua partida para Moçambique asseguraria ao MFA um controle efectivo do processo de descolonização daquele território, mas, ao mesmo tempo, privaria o Movimento de uma presença no Governo e na Comissão Coordenadora. Mesmo tendo presente o caso Rosa Coutinho (que ensinou como são grandes os riscos de "queimando político" em certas posições e determinados momentos), valeria a pena o custo da ausência de Melo Antunes, em tempo de calma (senão de euforia), que foi para a Comissão Coordenadora o post-nomeação 2.º Governo Provisório, com a vantagem de evitar complicações na evolução moçambicana (com os seus inevitáveis reflexos aqui).

Simplemente, quando Melo Antunes regressou, há dez dias, das negociações com a Frelimo, encontrou um condicionalismo bem diferente daquele que atrás fica sumariado. O afastamento claro das duas linhas do Movimento, com a contestação da Comissão Coordenadora, era de molde a fazer pensar a sua opção mais no sentido da não ida para Moçambique. Por outro lado, o facto de algumas das condições que considerava fundamentais para aceitar o novo cargo (e que se sucediam com o ritmo e o modo de descolonização de Moçambique) não serem, facilmente aceites pelo Chefe de Estado, constituía um argumento de relevo no sentido de afastar definitivamente a partida para o Índico.

Deste modo, a notícia da permanência de Melo Antunes será facilitado uma tentativa da Comissão Coordenadora de obrigar ao afastamento do estado de espírito de divisão nas Forças Armadas. E daí também a sua presença na R. T. P., em conjunto com Victor Crespo.

331

## Mensagem Televisiva

A mesa-redonda que Álvaro Guerra, então, orientou foi sobretudo dirigida às Forças Armadas portuguesas, embora por meio interposto, e com a aparência de ser orientada para a opinião pública portuguesa em geral.

No fundo ele isso explica um pouco o tom da conversa televisiva) o seu objectivo era explicar aos oficiais em geral que a cúpula do MFA permanecia fiel ao Programa que não haveria desvios contra o caminho democrático eleitoral, antes se trabalhava no sentido da institucionalização de uma democracia pluralista em Portugal.

Para o público em geral, o esclarecimento destas questões foi considerado como inesperado ou pouco concludente, já que lhe fogira o controle de muitos acontecimentos e o teor das notícias divulgadas (p. ex. sobre o plenário) era, em muitos casos, contraditório.

Estreitamente, enquanto estes acontecimentos se verificavam, o General António de Spínola ia para as águas do Buçaco, mostrando-se ostensivamente polarizado no problema africano, sobretudo no termo das negociações com o PAIGC e a evolução da questão moçambicana.

Mantinha intensos contactos com o General Costa Gomes, e constava nos círculos políticos que recusara as listas de saneamento das Forças Armadas elaboradas para as diversas Armas, e que incluiriam, designadamente, jovens oficiais que lhe manifestavam fidelidade político-militar.

Quanto aos mais activos elementos da linha anti-Comissão Coordenadora, eles prosseguiram a sua tarefa, falando vários observadores políticos na possibilidade de criação de uma "Comissão Coordenadora sombra", eventualmente apta à substituição da existente em momento considerado oportuno para o efeito.



General Costa Gomes, equiparado, nas suas funções,  
a primeiro-ministro

## Costa Gomes: um homem-chave

Presente nas conversas, que se têm multiplicado nas últimas semanas, com Spínola, presente em sucessivas reuniões com responsáveis da Comissão Coordenadora do MFA, mantendo relações com a urgência linha da Movimento — Costa Gomes é um homem-chave da actualidade política portuguesa.

Quem é esse homem, que parece aumentar de peso político com o correr do tempo, depois do 25 de Abril?

O curriculum, nos seus termos essenciais, parece muito frio. Nasceu em Chaves, em 30 de Junho de 1914.

Terminou o curso de oficial de Cavalaria no ano de 1935. Em 1944 licenciou-se, com distinção, em Ciências Matemáticas, na Universidade do Porto.

Como oficial de cavalaria presta serviço nos Regimentos de Estreitos, Castelo Branco e Aveiro, e na Guarda Nacional Republicana, no Porto. É, depois subchefe do Estado-Maior do Quartel General da Região Militar de Coimbra. Entretanto, no pós-guerra passou por Braga, como chefe do Estado-Maior do Quartel General.

De 1954 a 1956, presta serviço no Quartel General do Supremo Comando Militar Atlântico, participando, posteriormente, em reuniões internacionais relacionadas com a reorganização das Forças da OTAN.

De 1956 a 1961 é Subsecretário de Estado do Exército, tendo por Ministro da Defesa Nacional João Botelho Moniz e do Exército, Almeida Fernandes.

Seria, mais tarde, professor do Curso de Altos Comandos, no Instituto de Altos Estudos Militares, o que lhe permitiria conhecer os oficiais de maior relevo do Exército.

No curriculum aparece, depois, como marco de relevo no termo da década de 60, a sua ida para África, para o Comando da Região Militar de Moçambique.

Então já General, exerce as funções de Comandante-Chefe das Forças Armadas em Angola, antes de, em 1972, substituir Venâncio Deslandes no cargo de Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas.

Em 14 de Março de 1974 é exonerado, secamente, para regressar, ao poder, em 25 de Abril, como membro da Junta de Salvação Nacional, e depois, para o cargo de que fora demitido.

Mas, por sob este curriculum "oficial" há todo um curriculum político da maior importância para se compreender quem é Costa Gomes.

Traço marcante dessa acção menos conhecida é o golpe de estado abetorado de 1961, em que participou conjuntamente com Botelho Moniz e Almeida Fernandes, logo em seguida no início do conflito

to militar em Angola. Seguro do apoio de Arnaldo Schultz e de Kaniza de Arriaga, então no Interior e na Aeronáutica, beneficiando da acção dilatória de Américo Tomás, Salazar aniquila e elimina a espinha da Defesa Nacional sendo Costa Gomes então demitido da sua função governativa. Já era conhecida, à época, a sua posição de aceleração da resolução do problema africano.

Os anos que mediam até 1968 são de apagamento político provocado pela memória de Chefe do Governo, até que, classificado como brilhantíssimo no curso de Estado Maior, segue para África. Não seria, contudo, promovido a General sendo depois da queda de Salazar.

A passagem por Moçambique e por Angola, culminou na substituição de Venâncio Deslandes.

Esta ocorre logo a seguir à reeleição de Américo Tomás. O clima era efervescente. Spínola só não fora candidato de oposição porque lhe fora interdita a vinda a Lisboa para contactos que membros da ala liberal tinham considerado.

Na sua nova função, Costa Gomes assume papel crescente e, a partir de há cerca de um ano, converte-se no defensor das reivindicações dos oficiais perante o então ministro Sá Viana Rebello, como o depois seria perante Silva Cunha.

No período que vai até 25 de Abril merece referência especial o despacho favorável que deu à publicação do livro de António de Spínola. Pressionado por vários sectores do antigo regime, Costa Gomes resiste a essas pressões, designadamente à de Silva Cunha para ler em cerimónia pública o discurso de apoio ao Presidente do Conselho que o próprio Silva Cunha lhe apresenta, e que depois seria lido por Paiva Brandão.

Tendo recusado proferi-lo, em nome das Forças Armadas, sem antes se ter consultado para se certificar que elas concederiam aquele apoio, receberia depois a solidariedade de António de Spínola.

O que se passou, a seguir, é história sabida, salvo a exacta intervenção de Costa Gomes no movimento militar de 25 de Abril que um dia será certamente divulgada em toda a sua extensão.

Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas depois do 25 de Abril, foi agora levado a intervir numa arbitragem entre grupos militares.

Em péssimo lugar, como é compreensível, aparece a acção de Spínola no sentido de pedir a demissão de seu cargo, exigida para se efectuar do apoio solidário de Costa Gomes. Ora, não é de excluir que, em tal conjuntura, este considerasse inoportuna essa atitude, pelas repercussões internas e externas

que teria e, assim, tivesse levado o Presidente da República a reconsiderar.

Depois, a sua capacidade de diálogo com as duas facções em presença terá permitido ultrapassar qualquer validade de confronto.

Na que respeito à Comissão Coordenadora do MFA, a sua deslocação para a Cova de Moura poderá ter correspondido ao desejo de mais próxima colaboração com Costa Gomes, em que ela manifestou a sua autonomia institucional (ao contrário do que queria a outra linha), mas tendo a inserido nos quadros orgânicos mais amplos das Forças Armadas (como aquela já queria). Ganhando uma dimensão mais militar do que política, a Comissão Coordenadora não se extinguiu, reunindo as funções de apoio e consulta junto de Costa Gomes, transformando-se numa divisão do Estado-Maior-General das Forças Armadas. Recordar-se que a nota que foi enviada à imprensa a solicitar conselho próprio sobre notícias referentes ao MFA, lidas claramente como habilitadas para responder um porta-voz da 5.ª Divisão daquele Estado-Maior.

Simultaneamente, Costa Gomes iniciou uma série de visitas, como a que fez ao Porto, e a que fez ao Alentejo, em que terá, talvez, podido adquirir supostos mais exactos de orientação através à Comissão Coordenadora.

A leitura atenta do comunicado oficial enviado a propósito das visitas aos fuzileiros tópicos, claramente, dois pontos essenciais: a necessidade da unidade das forças militares, e o respeito pela hierarquia militar, que, como ainda vimos, aponta para muitos daqueles episódios ligados ao desaparecimento de estruturas do MFA e paralelas às das Forças Armadas no seu todo.

Finalmente, um importante Decreto-Lei dimanado do Conselho dos Chefes de Estados-Maiores das Forças Armadas, enviado para o "Diário do Governo", separa totalmente a estrutura das Forças Armadas do controlo do Governo Provisório.

Ao Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas o novo diploma comete a direcção efectiva do emprego das Forças Armadas, a competência militar até agora atribuída ao Presidente do Conselho de Ministros e a superintendência das forças militarizadas.

Também é institucionalizado um poderoso Estado-Maior-General das Forças Armadas, com atribuições larguíssimas.

Este diploma, e a ocasião escolhida para a sua publicação oficial demonstram, de forma evidente, o reforço da posição de Costa Gomes, porventura, até pelo reconhecimento de estar em posição única para o diálogo com as partes em questão.



Uma das fotos que a censura do anterior regime não permitiu que fosse publicada e cuja legenda era então: "General Costa Gomes num almoço com antigos alunos do Colégio Militar"

## Crise superada — até quando?

Admitindo-se como superada a crise político-militar que sobreviou, ocorre perguntar se e por quanto tempo ela se pode considerar como afastada do horizonte português.

De momento, Spínola parece não querer dar sequência a qualquer projecto de ruptura. O núcleo da Comissão Coordenadora do MFA mantém larga parte do poder adquirido, mas retira lições de um recuo a que foi forçada.

A outra linha avertia um avanço, mas parece admitir as vantagens de não confronto e do reforço da unidade militar. Isto significa que manteremos um equilíbrio feito de tensões. Aceitarão as várias peças em jogo o prolongamento desta situação? Este poderá ser um bom teste da coesão das Forças Armadas, e também do equilíbrio político global.

Até porque ninguém ignora que as várias forças políticas apoiam — activa ou passivamente — aquelas peças, e por sob as posições militares seão subterranas opções políticas diversas.

Ora, olhando para o universo político português (em permanente mutação) tudo parece apontar para a manutenção do equilíbrio militar e nada indica alternativas extremadas como seriam uma dissolução das estruturas do MFA e uma alteração na composição de órgãos do poder soberano, ou um refreio substancial da posição de poderes em presença.

Os recentes acontecimentos sindicais, por um lado; e os

diplomas legais fundamentais aprovados (lei da greve e de reunião, p. ex.), e o afastamento do PS da CDE/MDP de Lisboa e a nomeação dos novos Governadores Civis, por outro — provam que a pluralidade de forças políticas se acentua, o referencial político se centra, embora em dialéctica permanente, que ao equilíbrio instável se substitui um equilíbrio estável.

Quer isto dizer que não haverá mais crises (próximas ou longuças) no seio das Forças Armadas? Claro que ninguém poderá conscienciosamente fazer essa previsão. O que se poderá dizer é que elas terão retrado desta crise a lição de uma unidade mínima necessária, e de qual deve ser o seu papel em conformidade com o texto constitucional vigente: garantir a radicação da democracia em Portugal, em processo que terá o seu momento fulcral nas eleições de Março de 1975.

Para cumprir o Programa constitucional, as Forças Armadas terão de abdicar da tentação fácil para uma solução de perpetuar o poder militar, e da tentação melindrosa de um confronto interno. É a história revela-nos como foi sempre difícil aos militares largarem o poder que conquistaram por seu mérito próprio e que em golpe armado normalmente correspondeu uma série de sub-golpes. Mas, aí está o bom-senso e originalidade do 25 de Abril a mostrar que se o caminho é difícil, mais depressa interessa começar a percorrê-lo.